



Uma nova agenda para a agricultura

Síntese: *O bom desempenho da agricultura ao longo da última década deve muito a ações empreendidas à época do governo tucano, quando o campo aumentou sua produtividade em 33%. Diante do que já se conseguiu fazer no passado, resta claro que é possível e necessário dar novos saltos à frente, algo que o governo Lula obteve apenas timidamente. No rol de propostas para o futuro estão ampliar o seguro rural; melhorar a infraestrutura logística; elevar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e garantir a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos agrícolas. A modernização deve acabar com a falsa dicotomia entre agricultura empresarial e familiar.*

O governo federal anunciou recentemente o plano agrícola para a safra 2009/2010. O documento traz boas notícias, como a expansão dos recursos disponíveis para o próximo plantio. Mas ainda apresenta muitas lacunas, diante da relevância do setor primário para a saúde econômica do país. Nesta área, o Brasil tem condições bastante favoráveis para avançar muito e mais rápido.

O agronegócio responde hoje por 26% do PIB nacional. Uma amostra da sua pujança está na contribuição à obtenção de superávits comerciais. No ano passado, o setor agrícola gerou saldo de US\$ 60 bilhões, enquanto o país, como um todo, obteve US\$ 25 bilhões. Ou seja, sem as exportações do agronegócio a solvência do balanço de pagamentos brasileiro estaria comprometida.

No Brasil, o setor agrícola apresenta uma particularidade em relação aos nossos concorrentes: a expansão da produção tem se dado sem que seja necessário incorporar grandes extensões de terra. Em 20 anos, enquanto a área cultivada cresceu 12%, a produção aumentou 87%. Significa que a agricultura nacional ficou muito mais produtiva. Esta característica também assegura sustentabilidade ambiental às nossas lavouras.

Em marcha à ré

Neste mês, o Ministério da Agricultura divulgou um amplo levantamento sobre a evolução da produtividade dos fatores (capital, trabalho etc.) no campo. Na média, segundo o estudo, o crescimento foi de 5% ao ano desde 2000. Mas é interessante verificar que o dinamismo arrefeceu nos anos recentes.

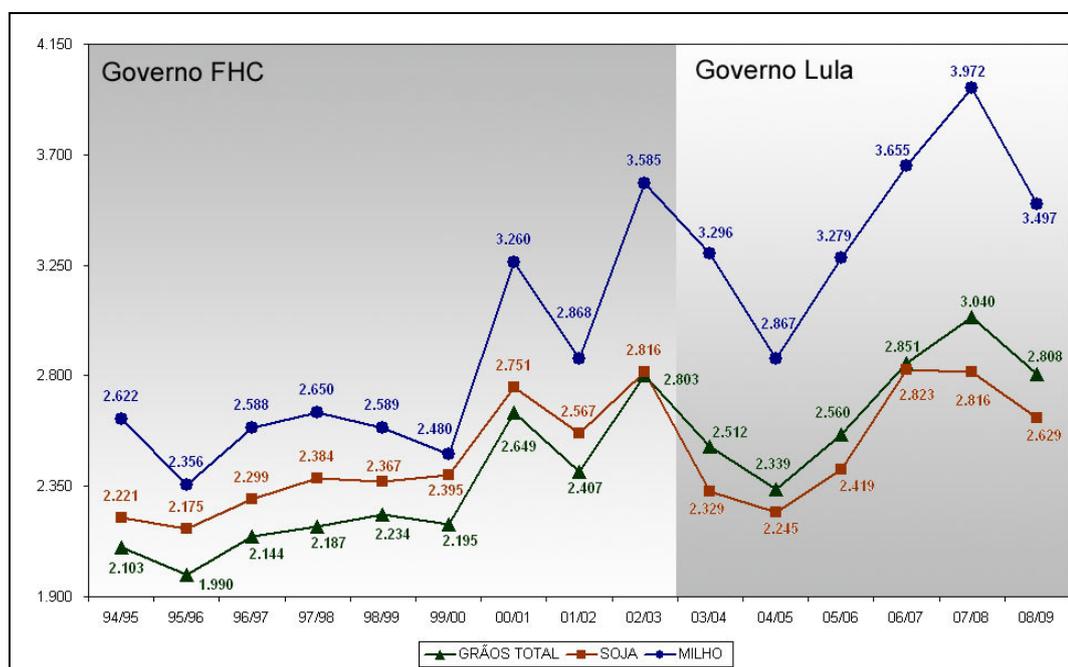
A produtividade média das lavouras de grãos brasileiras é hoje de 2,8 toneladas por hectare, segundo o mais recente levantamento de safra feito pela Conab. É o mesmíssimo resultado obtido no ano-safra 2002/2003, o último do governo Fernando Henrique. Em contraposição à estagnação atual, na gestão tucana a expansão da produtividade foi de 33%.

Pior que isso, há casos em que produzimos hoje menos do que seis safras atrás. É o que acontece com as culturas de milho e soja, cuja produtividade média caiu 2,5% e 6,6%, respectivamente, desde 2003. Vale comparar: nos oito anos do governo FHC as duas lavouras ficaram 36,7% e 18,4% mais produtivas.

Esta foi uma das razões para que a agricultura tenha sido considerada a “âncora verde” do Plano Real e um dos principais fatores da bem-sucedida estabilização da nossa economia. Até hoje, a variação de preços da maior parte dos itens alimentares é inferior à da inflação acumulada nos últimos 15 anos. (Há casos, como o das frutas, em que a variação desde 1994 é negativa, ou seja, paga-se hoje menos do que se pagava no passado.)

O bom desempenho da agricultura deve muito a ações empreendidas ainda à época do governo FHC. Uma delas foi a renegociação das dívidas de 850 mil produtores, com a adoção de taxas fixas de juros. O crédito também foi expandido e foram criados programas fundamentais, como o Pronaf e o Moderfrota, que permitiu modernizar a agricultura brasileira por meio da venda subsidiada de máquinas, tratores e implementos agrícolas. Além disto, a Embrapa tornou-se, ainda mais, um centro irradiador de inovação.

Evolução da produtividade agrícola no Brasil (em kg/ha)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Novo salto para o futuro

Desde a eclosão da crise econômica, em setembro do ano passado, o agronegócio brasileiro tem sido um dos segmentos mais prejudicados. Mas as dificuldades no campo começaram antes: há três trimestres, o PIB do setor recua em relação ao trimestre anterior – é o único em que isso ocorreu, segundo o IBGE.

Diante do que já se conseguiu fazer no passado, resta claro que é possível dar novos saltos à frente, algo que o governo Lula obteve apenas timidamente. Algumas propostas devem constar da agenda para o futuro da agricultura nacional.

Um primeiro aspecto é acabar com a falsa dicotomia – sempre alimentada pelo PT – entre a grande propriedade rural e a propriedade familiar. Claro que a pequena e a média propriedades têm que receber atenção especial, mas esta

deve estar voltada a assegurar-lhes mais produtividade, eficiência e receitas. O mesmo vale para os assentamentos. Trata-se de criar uma só agricultura: a empresarial. Com isso, os agricultores poderão viver melhor e produzir mais alimentos para o consumo nas cidades e para a exportação.

Também será muito importante a sustentabilidade ambiental da nossa produção agrícola, causa que, feliz e corretamente, vem ganhando espaço no país. Será necessário dar tratamento regional a esse assunto. O Congresso Nacional é o local adequado para firmar um novo entendimento, envolvendo União e governos estaduais.

Atenção especial deve ser dedicada a pesquisa e desenvolvimento. Nesse quesito, o foco deve estar na produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade, associada ao rigoroso controle sanitário – requisito cada vez mais relevante no comércio mundial.

Ponto central de uma agenda ajustada às reais necessidades da agricultura é a ampliação do seguro rural – algo de que o recém-anunciado plano agrícola federal passa longe. Agricultura é atividade sujeita a fatores climáticos e à instabilidade do comércio internacional. Por isso, tem um grau de risco inerente muito maior do que qualquer outra. Mas, hoje, apenas 10% da área agrícola brasileira está segurada, índice baixíssimo no mundo civilizado.

É igualmente imprescindível encarar a questão do financiamento de frente e não esperar, a cada momento, explodirem demandas intempestivas por novos recursos. É preciso dispor de previsibilidade, planejamento e organização. Isso significa criar um sistema de financiamento estável, capaz de dar horizonte para os produtores.

Safra não nasce em portos, precisa ser transportada. Por isso, não menos importante será o investimento em logística e infraestrutura. O Brasil tem fronteiras agrícolas prósperas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Pará, só para citar alguns exemplos. No entanto, seus custos de produção são de 20% a 30% mais altos do que os das regiões Sul e Sudeste, já que faltam rodovias, ferrovias e hidrovias adequadas.

Os desafios são muitos, mas se há um segmento em que o Brasil tem condições privilegiadas em relação aos seus concorrentes é a agricultura. O passado já mostrou que o PSDB compreende as necessidades do agronegócio e, mais que isso, já mostrou competência para respondê-las. É hora de o campo voltar a avançar.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela. Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br